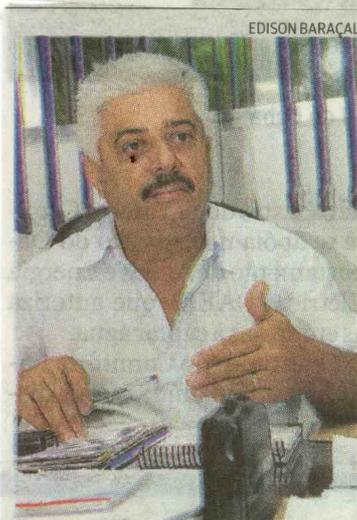




*A Tribuna
Segunda-Feira, 13 de Dezembro de 2010*

Dia a Dia



EDISON BARAÇAL

Livre

A Câmara de Guarujá elege hoje o presidente em 2011 e 2012. O caminho está livre para a reeleição de José Carlos Rodríguez (DEM, na foto).

Volta por cima

No episódio do afastamento de oito parlamentares em razão do escândalo do mensalinho, em 2006, Rodríguez foi um dos suplentes que assumiu. Em 2008 ele venceu nas urnas.

Fim da lacuna

Amanhã o PT recompõe sua bancada no Legislativo guarujaense. Edílson Dias assume a cadeira de Luís Carlos Romazzini, assassinado há 17 dias.

Expectativa

Falta saber se o petista seguirá a trilha de seu antecessor, a bancada de oposição. Estrategicamente, Dias assume um dia após a eleição da nova Mesa Diretora.



Guarujá terá mais cinco Usafas em 2011

As novas unidades de atenção à saúde deverão garantir o atendimento a 80 mil famílias de cinco microrregiões do Município

SIMONE QUEIRÓS

DA REDAÇÃO

É consenso entre as autoridades do setor que 80% dos problemas de saúde da população podem ser resolvidos no nível primário de atendimento, ou seja, na Atenção Básica. E a estratégia de organização que trabalha essa modalidade de forma mais efetiva é o Programa de Saúde da Família (PSF), que em 2011 será ampliado em mais de 100% em Guarujá.

A Cidade ganhará o reforço de cinco Unidades de Saúde da Família (Usafas), que disponibilizarão, ao todo, 20 equipes do PSF para garantir atendimento a 80 mil famílias de cinco microrregiões.

Trata-se de um trabalho realizado por uma equipe multidisciplinar composta, além dos especialistas, por agentes da própria comunidade capacitados para promover a saúde. Essas equipes trabalham tanto nas unidades como nas residências, independentemente da pessoa ter ou não plano de saúde, assim como faziam os médicos de antigamente.

Os recursos para essas cinco Usafas, em torno de R\$ 2,6 milhões, estão garantidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde. O secretário de Saúde de Guarujá, Cássio Rosinha, afirma que



ROGÉRIO SOARES

Uma das Usafas será erguida em um terreno do Jardim Helena Maria

os recursos devem ser recebidos até o final deste mês, pois a Portaria 3.766, que garante a verba, foi publicada dia 1º. “Em janeiro deveremos lançar a licitação. O prazo de conclusão da obra é de 6 a 8 meses”.

A contratação das 20 equipes, que terão ao todo 280 profissionais, será por meio de Organizações Sociais (OSs), nos mesmos moldes do que está sendo feito no Hospital e Maternidade Ana Parteira, de Vicente de Carvalho. “Mas não será a mesma OS. Teremos que fazer um outro processo de con-

corrência para as Usafas”.

Essa é uma solução que poderá solucionar o problema da falta de profissionais que está afetando, inclusive, as equipes que já trabalham na Cidade. Guarujá conta com 11 turmas do PSF, porém, apenas nove estão atuando por causa justamente da falta de médicos.

EMENDAS

Além das cinco unidades conseguidas por meio do PAC 2, outras duas Usafas também estão em fase de início de construção, só que com recursos prove-

Continuação



*A Tribuna
Segunda-Feira, 13 de Dezembro de 2010*

A estrutura da Usafa

>>**Prédio**
Área: 400 metros

>>**Estrutura:** Recepção, farmácia, sala de curativo, sala de nebulização, dois consultórios odontológicos, sala de vacinação, oito consultórios, sala de agentes de saúde da família, além de sala administrativa e para os funcionários.

>>**Programa de Saúde da Família (PSF)**

Total de equipes: 4 em cada Usafa.

Composição: Médico (atende 8 horas), enfermeiro, 2 técnicos de enfermagem, dentista, auxiliar de dentista, 6 agentes comunitários, pediatra, ginecologista.

Atendimento de cada equipe: 4 mil famílias.

Atendimento de cada Usafa: 16 mil famílias.

Total das cinco Usafas: 80 mil famílias

>>**Locais das Usafas**

Vila Baiana: Rua Bolívia com Avenida Dois.

Morrinhos: Avenida Antenor Pimentel, s/nº

Vila Rã: Rua São Paulo

Jardim Conceiçãozinha: Avenida Pedro Bento da Costa

Helena Maria: Rua Rafael Gonzalez esquina com a Rua Carlos Nehring

>>**Custo de cada Usafa:**
R\$ 533.333,33

>>**Equipes do Programa Saúde da Família atuais**

Cidade Atlântica: 2

Sítio Conceiçãozinha: 2

Perequê: 4

Vila Zilda: 2

Santa Cruz dos Navegantes: 1

FONTE: PREFEITURA DE GUARUJÁ

nientes de emendas parlamentares. Elas ficam no Jardim Progresso e Las Palmas. “Estas unidades estão até mais adiantadas. A previsão é que a licitação seja publicada até o final do mês”.

Rosinha afirma que, além do

atendimento residencial, as equipes fazem ainda pequenas cirurgias, como a retirada de cistos e verrugas, e podem atender algumas emergências. “Além disso, elas trabalharão na prevenção contra a dengue, por exemplo”.

Burocracia atrasa obra na Enseada

■■■ Prevista inicialmente para começar a funcionar neste final de ano, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Enseada só deve ficar pronta no final da temporada de verão.

A previsão é do secretário de Saúde de Guarujá, Cássio Rosinha. “Por causa das eleições, a primeira parcela de recursos para o Município ó foi liberada em novembro. Por isso não pudemos começar antes”.

A concorrência pública já foi realizada. Agora, está na fase de ata de registro de preços. “Faremos o contrato com a empresa vencedora da licitação. Como a estrutura é modular, a construção deve demorar cerca de 60 dias”.

O prédio será erguido no local hoje usado como campo de futebol, na Avenida Dom Pedro I, na Enseada. Dividido em dois andares, o equipamento de 1.500 m² terá 16 leitos, 10 poltronas, sala de classificação de risco, entre outras alas. A abrangência da UPA é de 60 mil moradores.



MP questiona contratação de agência

Inquérito civil apura resultado de concorrência realizada pela Prefeitura de Guarujá para propaganda; contrato é de R\$ 6 milhões

SIMONE QUEIRÓS

DA REDAÇÃO

O Ministério Público (MP) instaurou inquérito civil para apu-

rar a contratação de agência de propaganda pela Prefeitura de Guarujá. O edital de concorrência foi publicado no dia 7 de

de outubro e, no dia 1º de dezembro, o resultado foi disponibilizado no Diário Oficial do Município. Cinco empresas foram habilitadas, sendo a RP Propaganda Ltda a melhor classificada. Embora os valores não estejam disponibilizados publicamente, o MP chama a atenção para o custo de R\$ 6 milhões que a Prefeitura teria com o serviço.

“Soa ofensivo aos princípios da eficiência, da moralidade e da razoabilidade um gasto de R\$ 6 milhões com propaganda, quando a realidade do Município indica a ausência de pagamento de precatórios, a existência de bairros sem urbanização e problemas no pagamento por serviços essenciais, que no mês de agosto de 2010 ocasionou a paralisação da coleta de lixo na Cidade”, informou no inquérito André Luiz dos Santos, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Guarujá.

Ele afirma ainda que o gasto é sem razão quando se verifica que, nas descrições do objeto da comunicação, enxerga-se um grande número de assuntos que já são, cotidianamente, divulgados à população por serem de interesse público e social. Além disso, o edital incluiu o serviço de publicações legais, que não é previsto na lei.

O promotor solicitou à Prefeitura documentos como a cópia da reserva orçamentária para contratação, além de declaração, assinada pela prefeita Maria Antonieta de Brito, garantindo que a Prefeitura pagará os precatórios de 2011 e não atrasará pagamentos de serviços essenciais. Ele pede ainda a relação de bairros não urbanizados (sem meio-fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, sistema de esgoto sani-



ROGÉRIO SOARES

O Ministério Público quer que a Prefeitura de Guarujá suspenda o processo de concorrência

tário, iluminação etc) e a relação de funcionários que compõem a Diretora de Comunicação, bem como a estrutura após a implantação da reforma administrativa.

RECOMENDAÇÃO

Além do inquérito, foi encaminhada à Administração uma Recomendação, com base nos argumentos citados acima, para que a Prefeitura suspenda o processo de concorrência. O Município tem prazo de 10 dias úteis, a par-

Classificadas

- >>1º RP Propaganda Ltda
- >>2º Contexto Propaganda
- >>3º Área Comunicação Propaganda e Marketing Ltda.
- >>4º Octopus Comunicações Ltda.
- >>5º Puxe Comunicação Ltda.

tir da notificação, para informar o MP sobre o cumprimento ou não da Recomenda-

ção, feita em 2 de dezembro.

PREFEITURA

A Prefeitura informou, por meio de assessoria de imprensa, que o certame para a contratação da empresa está atualmente na fase de apresentação de recursos, cujo prazo expirou ontem. “A Administração está levantando os dados solicitados pelo Ministério Público e só designará data para a continuação do processo após este encaminhamento”.



A Tribuna
Segunda-Feira, 13 de Dezembro de 2010

Leitura rápida

Guarujá

Esporte na areia só após as 19 horas

As atividades esportivas nas praias de Guarujá (faixa de areia) só poderão ser praticadas a partir das 19 horas. A regra será mantida durante toda a temporada de verão. A medida foi adotada para facilitar a fiscalização na orla da Cidade. Servirá, também, para orientar e prevenir o comércio irregular nesta época do ano por comerciantes e ambulantes



Viciado em cocaína espanca a avó por causa de dinheiro e foge

DA REDAÇÃO

Uma senhora de 82 anos foi espancada pelo neto, de 21, neste sábado, em Vicente de Carvalho, Guarujá. O fato ocorreu por volta das 16 horas e foi registrado na Delegacia Sede do município. Ela sofreu vários hematomas pelo corpo e está internada no Hospital Santo Amaro, onde se recupera das lesões. O agressor, por sua vez, fugiu.

Segundo parentes, o rapaz é viciado em cocaína e há pouco tempo estava morando com a avó, em uma casa que fica na Rua Edvaldo Pires, no Jardim Boa Esperança. Eles acreditam que a intenção dele era matar a idosa e roubar o dinheiro dela para comprar droga. "Tanto é que ela teve que se fingir de morta para que ele deixasse de agredi-la", revela José Aparecido dos Santos, que é genro da vítima e tio do acusado. "Além disso, a casa estava toda revirada", acrescentou.

Ele conta que o jovem é natu-

ral do Rio de Janeiro e estava há cerca de um ano morando em Guarujá. Na casa da avó, porém, não ficou mais de um mês. "Como nenhum parente queria mais ele em casa, a avó decidiu abrigá-lo. E deu no que deu".

De acordo com a assessoria de imprensa do Hospital Santo Amaro (HSA), a vítima teve hematomas nos dois olhos e escoriações na boca e orelhas. Além disso, está com estado emocional abalado. Por isso, além do tratamento das lesões, está recebendo acompanhamento psicológico.

Aos parentes, ela relatou que, inicialmente, foi atacada com uma jarra de vidro na cabeça. Depois, foi arrastada até o banheiro da casa e jogada várias vezes contra o vaso sanitário, e também levou chutes, socos e empurrões. Só depois de constatar que o agressor havia deixado a residência é que ela foi em busca de ajuda. A Polícia Civil investiga agora o paradeiro do agressor. (AV)



Câmara Municipal de Guarujá

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Diário do Litoral
Segunda-Feira, 13 de Dezembro de 2010

Prefeitura de Guarujá aluga orla

POR VALORES IRRISÓRIOS

Acordos para a exploração publicitária de totens instalados no calçadão e de quiosques na orla de Guarujá poderão gerar uma receita superior a R\$ 1,2 milhão. Frente a este montante, a Prefeitura fechou acordo com duas empresas da Capital inferior a R\$ 100 mil. As cifras não coincidem com o mínimo a ser destinado à União, conforme acordo firmado em setembro passado. PÁGINA 3

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 147/2010
PROCESSO Nº 22967/167351/2010
CONVITE Nº 098/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
CONTRATADA: AGÊNCIA MAIZ PROMOÇÕES E EVENTOS
LTDA ME
OBJETO: Outorga de permissão / autorização para comercialização e exploração publicitária dos totens do calçadão da Orla Marítima do Município de Guarujá - a empresa pagará à Prefeitura Municipal de Guarujá o valor de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais) de 06 (seis) meses contados a partir de 01/12/2010 - Data de Assinatura: 18/11/2010

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 146/2010
PROCESSO Nº 26267/125915/2010
CONVITE Nº 099/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
CONTRATADA: FRONT 360 COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA EPP
OBJETO: Outorga de permissão / autorização para uso de espaço publicitário nos quiosques localizados na orla das praias no Município de Guarujá - a empresa pagará à Prefeitura Municipal de Guarujá a importância de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais); Vigência de 06 (seis) meses contados a partir de 01/12/2010 - Data de Assinatura: 18/11/2010

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 145/2010
PROCESSO Nº 26267/125915/2010
CONVITE Nº 099/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
CONTRATADA: AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA, Nº 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais); Vigência de 03 (três) meses contados a partir de 01/12/2010 - Data de Assinatura: 18/11/2010



EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA DA ORLA

Guarujá loca praia para iniciativa privada por preço baixo

A atividade comercial da faixa de areia da Cidade foi dividida em dois contratos: anúncios em quiosques e totens no calçadão

Da Reportagem

O contrato permissivo para a exploração dos espaços publicitários na orla de Guarujá foi firmado por uma tarifa inferior a 8% do valor médio do setor. Ao passo que o cofre público da Pérola do Atlântico receberá pouco menos de R\$ 100 mil, a iniciativa privada que ficará ao cargo do serviço poderá ter lucros superiores a R\$ 1,2 milhão.

A exploração publicitária da faixa de areia da Cidade foi loteada em dois contratos distintos: um para anúncios em quiosques, outro para totens na calçada da orla de Guarujá. Conforme extrato de termo de contrato, publicadas na edição do dia 7 de dezembro do Diário Oficial do Município, as cessões das áreas são por seis meses e beneficiaram duas empresas com sede na Capital.

Segundo a outorga de concessão, a Agência Maiz Promoções e Eventos LTDA ME pagará R\$ 48.500,00 aos cofres de Guarujá pela exploração de 54 totens publicitários (por ser dois lados cada placa, totaliza 108 espaços) nas praias Tombo, Astúrias, Pitangueiras, Enseada e Pernambuco. Com isso, cada equipamento custará para a empresa por menos de R\$ 75,00. Por outro lado, segundo o preço médio de mercado, cada face tem valor mensal a partir de R\$ 1.970,00. Valor 26 vezes superior ao que será direcionado à Administração.

Em um cálculo simples, os seis meses de exploração do serviço poderão gerar uma receita à contratada de R\$ 1.276.560,00. "A média de preço da publicidade na cidade, em pontos não tão 'nobres' como os totens (backlight), está em torno de R\$ 4.000,00 para um mês (apenas uma placa)", se posicionou o advogado Sidnei Aranha em ação popular protocolada contrária ao acordo (veja matéria no canto inferior direito da página).

"Portanto, para apenas uma placa, chegaremos ao valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por seis meses de exploração", completou. Desta forma, segundo os cálculos do advogado, apenas duas placas pagariam o valor contratual devido à Administração. "Lesividade se dá no valor do contrato, pois decorre numa irrisória contrapartida aos cofres públicos", citou na petição, ao acusar uma tentativa de burlar a lei de licitações.

Quiosques

Envolta em suspeitas de irregularidade no repasse anual da verba publicitária aos quiosques no ano passado, a Front 360 Comunicação Total LTDA EPP teve, mais uma vez, a outorga de permissão para explorar espaços publicitários nos comércios na orla da Cidade. Ao prazo de seis meses, a empresa pagará R\$ 34 mil à municipalidade pelo serviço.

Pelo acordo firmado neste ano, a empresa publicitária com sede na

Capital pagaria por mês cerca de R\$ 64,30 à municipalidade pela exploração comercial de cada quiosque. Valor muito aquém ao pago aos permissivos no ano passado e aos R\$ 70 mil direcionados à associação que representa 88 comerciantes da orla da Pérola do Atlântico.

Em dezembro de 2009, a Associação dos Quiosqueiros do Guarujá (AQG) é seis permissivos prestaram queixa no 1º Distrito Policial da Cidade contra a empresa, sob a acusação de tentativa de estelionato. Na ocasião, a empresa negou as acusações e manteve o pagamento de R\$ 3 mil a cada um dos 88 comerciantes da orla.

Contudo, a conturbada relação entre a entidade e a empresa foi o estopim para que a Justiça derrubasse o decreto municipal de cessão para a iniciativa privada da atividade publicitária da orla. A 4ª Vara Federal de Santos proibiu a exploração deste serviço desde a praia do Guaiúba até a praia de Pernambuco. O argumento judicial foi a falta de licitação pública sem o consentimento da União — até então responsável pela gestão da orla — no processo de escolha da empresa.

Por outro lado, o presidente da AQG, Marcelo Nicolau, afirmou que este episódio está já superado. Ele ainda citou a parceria entre a entidade e a empresa no desenvolvimento de ações em prol ao turismo da Cidade. A permissão contratual deste ano se deu por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre prefeitura e União, que definiu regras para a exploração publicitária na costa da cidade.



Segundo a tabela mínima de publicidade, a exploração dos 54 totens podem gerar receita de R\$ 1.276.560,00

Continuação



REPRODUÇÃO

DL 06
DOMINGO 6 DE
DEZEMBRO DE 2010
Polícia

Associação acusa empresa de publicidade em Guarujá

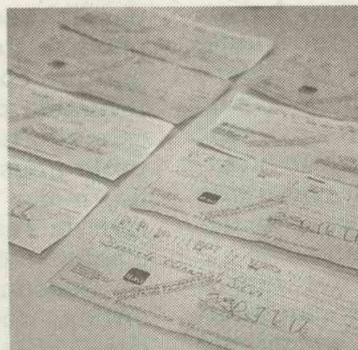
Dois supostos fiscais da Prefeitura serão investigados pela Polícia Civil

A Associação dos Quiosqueiros do Guarujá acusou um suposto esquema irregular no repasse anual da verba publicitária aos permissionários dos estabelecimentos na orla da cidade. Ontem, o advogado da entidade, Ailton Sinto, e seis donos de quiosques prestaram queixa no 1º Distrito Policial da Cidade (Centro) contra a empresa Front 360, responsável pela exploração publicitária das praias do Município. Sob a acusação de estelionato, dois homens que se identificaram como "fiscais da Prefeitura" serão investigados pela polícia.

De acordo o boletim de ocorrência, os dois supostos fiscais abordaram aos quiosqueiros com um documento que firmaria um convênio entre a empresa e os comerciantes. "O texto, mal redigido, informava aos quiosqueiros se eles concordavam em doar R\$ 600 dos R\$ 3 mil que eles têm direito para a Associação. Porém, a entidade não recebe um centavo dessa parcela", disse o advogado. Os comerciantes que concordavam com os termos, recebiam dos supostos fiscais um cheque da empresa de publicidade ao valor de R\$ 2 mil. "O que é um valor irrisório

frente ao que a empresa arrecada dos grandes anunciantes", afirmou Sinto. Ao todo, nove permissionários de quiosques aceitaram a ordem de pagamento. Contudo, o gerente operacional da empresa de publicidade, Walter Ramos, afirmou que a entidade recebe anualmente parte do repasse destinado aos permissionários. "Fiquei surpreso com esta confusão. Este é o quarto ano que trabalhamos com eles (quiosqueiros). Isso não impedirá de continuar a negociação com a categoria", disse. Conforme explicou Ramos, o contrato de exploração publicitária da orla de Guarujá vence em 2012. No entanto, no dia 27 de novembro,

foi realizado um adendo contratual atendendo aos pedidos da entidade. Pagamento de R\$ 3 mil a cada permissionário e de R\$ R\$ 70 mil à Associação dos Quiosqueiros são alguns dos pontos acertados durante o encontro. "Ficou definido o pagamento em duas parcelas. Uma de R\$ 2 mil e outra que seria repassada a verba à entidade e o restante os permissionários", disse Ramos. Contudo, o advogado da Associação afirmou que as negociações do encontro ainda não foram aprovadas pela categoria. "Fizemos uma carta proposta que seria apresentada aos quiosqueiros por meio de uma assembleia, que ainda não aconteceu", disse o advogado.



De acordo com o advogado da Associação dos Quiosqueiros do Guarujá, Ailton Sinto, os cheques foram repassados sem o aval da entidade

Em dezembro do ano passado, a Associação dos Quiosqueiros registrou boletim de ocorrência contra uma das empresas que exploram o serviço de publicidade na cidade

TAC define que 20% das receitas com publicidade sejam repassadas à União

A cada R\$ 5,00 de receita obtida pela exploração publicitária na orla de Guarujá, R\$ 1,00 deve ser repassado à União. A porcentagem de 20% foi estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a prefeitura de Guarujá, em setembro passado. O texto que discipli-

nou o uso e ocupação da faixa de areia possibilitou à Administração poder gerir a orla, sem ter que pedir autorização à SPU. O acordo também derrubou a ação impetrada pela Advocacia Geral da União (AGU), que não permitia a instalação de equipamentos para fins publicitários na orla. Desta forma, este tipo de fim

comercial será permitido por meio de licitação pública para um prazo de 12 meses e com recolhimento de 20% da receita para os cofres públicos da federação. Contudo, os acordos firmados que beneficiaram as duas empresas da capital ferem dois itens propostos no TAC: o prazo mínimo e o valor de repasse.

Lei municipal impede exploração publicitária da orla

Baseada na lei Cidade Limpa, aplicada na Capital paulista, Guarujá foi a primeira Cidade da Baixada a aprovar uma legislação que proíbe propaganda em áreas públicas. De autoria do

então vereador Marcelo Gaspar Pinto (PSDB), a medida combate a poluição visual no Município. Segundo o nono artigo da lei 3.721 de 18 de dezembro de 2008, é proibida a instalação

de anúncios em vias, parques, e outros logradouros públicos salvo os anúncios de cooperação entre Poder Público e iniciativa privada. O texto prevê multas para os infratores.

Continuação



Ação pública questiona modelo de licitação adotado na escolha das empresas

Pelos cálculos do advogado Sidnei Aranha, que sustenta uma ação civil pública contra o acordo, a exploração publicitária da orla poderá gerar uma receita à iniciativa privada em torno de R\$ 840 mil. A estimativa do defensor levou em consideração o preço médio praticado no setor e aplicou um abatimento de 50% do montante total.

Pelo produto atingido, Aranha questiona judicialmente também a modalidade aplicada pela municipalidade na escolha da empresa. As duas empresas foram classificadas por carta convite, forma de licitação para serviços ou produtos inferiores a R\$ 80 mil. Na ação, ele citou “favorecimento” às agências esco-

lhidas. “Prova disto é que demais empresas instaladas na Baixada Santista, que operam publicidade nestes moldes, sequer foram informadas”, se posicionou em sua tese. “E isto explica também a modalidade de licitação escolhida vez que o convite dispensa o edital convocatório”, completou.

Como o valor da disputa é superior a R\$ 650 mil, o advogado sustentou a tese de que a escolha da operadora do serviço deveria ser feita pela modalidade tomada de preço. O advogado pediu o cancelamento do contrato e que a prefeita Maria Antonieta de Brito e a Agência Maiz Promoções e Eventos LTDA. ME., sejam condenadas ao pagamento de perdas e danos.

Em nota, a prefeitura de Guarujá informou que a ação popular é utilizada pelo advogado em desfavor da Administração Municipal. “Vale lembrar que, em caso da vitória do advogado, ele recebe um percentual do valor da ação”, citou o comunicado.

O Paço ainda afirmou que os totens existentes na Cidade há anos vêm sendo explorados por diversas empresas e, até então, nunca havia se tornado elemento de uma Ação Popular. “A Administração estranha o fato de uma alternativa que favorece entidades da Cidade ser alvo do instrumento jurídico, impetrado pelo advogado, prejudicando a sociedade santamarense”, concluiu a nota.